

# Brasil concorda em pôr fim à moratória

**Roberto Garcia**  
Correspondente

Washington — Os negociadores brasileiros da dívida, liderados por Fernão Bracher, voltaram ontem de manhã ao Tesouro americano para comunicar que o governo Sarney concorda com a fórmula sugerida pelos Estados Unidos para uma suspensão da moratória, desde que algumas condições sejam aceitas. Entre essas condições figuram garantias de que os bancos negociarão de boa fé o reescalonamento da dívida; manterão as linhas de crédito de curto prazo ao Brasil e aceitarão a conversão parcial da dívida em títulos.

Segundo a fórmula, o Brasil e os credores estrangeiros farão um depósito simultâneo no Banco de Compensações Internacionais, na Suíça, mais conhecido por suas iniciais inglesas, BIS. A parte depositada pelo Brasil continuará a ser contada como reserva do país até que o governo autorize seu desembolso para os bancos. Por sua vez, a parte contribuída pelos bancos — mais de 3,5 bilhões de dólares — ficará sob controle deles até que seja anunciado um acordo sobre reescalonamento da dívida. A partir de então, o dinheiro será liberado para os próprios bancos, em vários estágios.

O primeiro desses estágios ocorreria quando as negociações do Brasil para o reescalonamento da dívida vencida e a vencer no período 1986-89 forem concluídas com a comissão de 14 bancos que representa todos os credores externos. O segundo estágio seria quando um número razoável de bancos credores tivesse aderido ao pacote. O terceiro estágio seria alcançado quando o pacote de reescalonamento fosse finalmente assinado por todos os credores. Essa fórmula complicada foi imaginada em discussões de altos funcionários do FMI, do Banco Central

americano e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos para romper o impasse atualmente existente entre os bancos credores e o Brasil.

Ela apresenta várias vantagens para cada uma das partes envolvidas na administração da crise da dívida externa. Para o Brasil, permite acabar com a moratória evitando que o governo seja acusado de voltar a pagar sem receber qualquer concessão dos credores. Além disso, garante, quase desde o início das negociações, que os bancos façam novos empréstimos ao Brasil. Embora esses empréstimos sejam usados para pagar juros atrasados aos próprios bancos, essas instituições têm que aumentar seus créditos e continuar seus vínculos de financiamento com o país. A longo prazo, tais vínculos são a única esperança de uma reintegração do Brasil ao mercado voluntário de empréstimos.

Para os bancos, a fórmula garante o fim da moratória brasileira. "Se o Brasil voltar a pagar os juros eles serão contabilizados como lucros. As dúvidas que têm predominado nos mercados financeiros a respeito da qualidade de nossas carteiras de empréstimo ao Terceiro Mundo serão amainadas", disse um representante de um dos grandes credores brasileiros em Nova Iorque, acrescentando que "o valor das nossas ações voltará a subir e isso será muito bom para nossa capacidade de levantar capital".

**Preocupações** — Para os governos, finalmente, a fórmula ajuda a eliminar as incertezas que foram uma das causas do enorme abalo sofrido pelo sistema financeiro internacional nos últimos dias. A falta de pagamentos de juros pelo maior devedor latino-americano, sua recusa em fazer um acordo com o FMI, bem como a influência dessa atitude brasileira junto a outras nações deve-

doras veem preocupando muito os governos dos países credores. Se a fórmula proposta finalmente produzir um acordo nos próximos dias, essas incertezas diminuirão substancialmente, argumentam funcionários do Banco Central americano.

Mas a fórmula está sendo considerada um "modelo de engenharia financeira complexa" e ainda faltam muitos elementos para ser amarrada, afirmam alguns dos responsáveis por ela. Não há garantias de que mais de 600 bancos estrangeiros credores do Brasil concordem em poucos dias em comprometer novos recursos num depósito em caução numa entidade internacional como o BIS, por exemplo. A promoção dos pacotes anteriores de financiamento tem levado muitas semanas, requerendo inclusive a montagem de um "show de estrada" em que ministros da Fazenda dos países devedores percorrem os países dos bancos credores para convencê-los a continuar a aderir aos pacotes negociados com os comitês de assessoramento. "Vai ser necessário que as autoridades financeiras da Alemanha, do Japão, da Inglaterra, da França e da Espanha entrem numa queda-de-braco com os respectivos bancos, a fim de convencê-los a concordar rapidamente com o pacote. O prazo é curto, haverá momentos de tensão, mas isso é sempre possível", disse um funcionário do Banco Central americano.

Até a semana passada, as discussões sobre a fórmula limitaram-se a Fernão Bracher, ao embaixador Márcio Moreira, ao presidente do Banco Central americano, Alan Greenspan, e ao encarregado de assuntos internacionais do Departamento do Tesouro, David Mulford. Depois de sondagens recíprocas, Greenspan apresentou uma proposta escrita como os principais termos da fórmula ao meio-dia da quarta-feira passada.